

**PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS RIO GRANDE DO SUL S/A**  
CNPJ Nº 46.191.353/0001-17  
NIRE 4350032051-4  
**COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

**ATA DA 6ª SESSÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

Ata de sessão ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário, realizada nos dias 23 e 24 de junho de 2025, a partir das 9h, na sede da Portos RS e através da Plataforma de videoconferências Microsoft Teams.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas,  
2 encerrou-se a 6ª Sessão do Comitê de Auditoria Estatutário de 2025, realizada em caráter  
3 ordinário, com a presença do seguinte membro: Fernando Antonio [REDACTED], restando  
4 justificada a ausência de Flávio [REDACTED], sob a coordenação de Zulmir [REDACTED],  
5 constatado quórum, conforme disposto no art. 94, parágrafo único, do Estatuto Social, bem  
6 como no art. 9º, § 1º, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo  
7 secretariada por Francielly [REDACTED], Coordenadora de Colegiados. Como convidados,  
8 estiveram presentes: João Alberto [REDACTED], Diretor de Gestão, Administrativa e  
9 Financeira; Lucas [REDACTED], Diretor de Infraestrutura; Romildo [REDACTED],  
10 Diretor de Operações; Alexandre [REDACTED], Gerente de VTS; Eduardo [REDACTED],  
11 Gerente Jurídico; João Henrique [REDACTED], Gerente de Importação e Exportação;  
12 Margareth [REDACTED], Auditora Interna; Matheus [REDACTED], Gerente de Estratégia  
13 Operacional; Michel [REDACTED], Gerente Fiscal e Contábil; Tavane [REDACTED],  
14 Gerente de Governança; Idemar [REDACTED], Assessor Técnico da Presidência; e Charles  
15 Pereira, Coordenador de Fiscalização de Contratos. A presente sessão teve por pauta: **1) Visita**  
16 **técnica na empresa Axis do Brasil Contabilidade e Assessoria Empresarial Ltda., responsável**  
17 **pela prestação de serviços especializados na área de contabilidade da Portos RS; 2) Visita**  
18 **técnica na unidade administrativa da Portos RS da cidade de Pelotas/RS; 3) Ciência das atas da**  
19 **Diretoria Executiva relativas ao mês de maio de dois mil e vinte e cinco; 4) Ciência das atas do**  
20 **Conselho de Administração relativas ao mês de maio de dois mil e vinte e cinco; 5) Ciência da**  
21 **ata do Conselho Fiscal relativa ao mês de maio de dois mil e vinte e cinco; 6) Análise dos**  
22 **balanços contábeis relativos aos meses de abril e maio de dois mil e vinte e cinco; 7) Análise**  
23 **do Contrato de Prestação de Serviço Continuado Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra nº**  
24 **1400/2024, firmado com a empresa RightShip PTY TD (PROA 23/9301-0002399-6); 8) Visita**  
25 **técnica no setor de VTS (Vessel Traffic System) da Portos RS; e 9) Visita técnica na área**  
26 **operacional para acompanhamento da implementação do ISPS-Code. Em cumprimento ao**  
27 **primeiro e ao sexto itens da pauta, o Coordenador do Comitê registrou a realização de visita**  
28 **técnica na sede da empresa Axis do Brasil Contabilidade e Assessoria Empresarial Ltda.,**  
29 **responsável pela prestação de serviços especializados na área de contabilidade da Portos RS, no**  
30 **dia 23 de junho de 2025, dos membros do Comitê, Fernando Antonio [REDACTED] e Zulmir [REDACTED],**  
31 **acompanhados do Diretor de Gestão, Administrativo e Financeiro, do Gerente Fiscal e Contábil**  
32 **e da Gerente de Governança, tendo sido analisados os balancetes e demonstrativos de**

**COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

33 resultados, relativos aos meses de abril e maio de 2025. Em ato contínuo, os membros do  
34 Comitê consideraram as pendências elencadas para resolução das ressalvas apontadas no último  
35 Relatório da Auditoria Independente, relativo à data-base de 31.03.25, fim de evitar a  
36 recorrência no relatório trimestral vindouro. Assim, ficam registradas as seguintes ações, que  
37 devem ser realizadas previamente ao encerramento do segundo trimestre: **a)** Definição, por  
38 parte da Diretoria de Gestão, Administrativa e Financeira e Gerência Financeira e Contábil, da  
39 Política Contábil sobre Créditos de Liquidação Duvidosa, com prazo de elaboração até 15 de  
40 julho; **b)** Análise, por parte da Diretoria de Gestão, Administrativa e Financeira e Gerência  
41 Financeira e Contábil, das formalidades para o ajuste no encontro de contas do item “Clientes”,  
42 de modo a sanar os entraves sobre os montantes registrados em nome do Estaleiro EBR; **c)**  
43 Encaminhamento ao escritório contábil Axis do Relatório de Vida Útil dos bens constantes no  
44 patrimônio da Portos RS, para fins de atualização do valor venal dos bens e da depreciação.  
45 Quanto aos demais bens objeto do levantamento patrimonial a solução depende da Comissão de  
46 Extinção da SUPRG e serão incorporados ao patrimônio após as definições cabíveis; **d)**  
47 Realização da baixa do valor aproximado de R\$ 431.000,00 registrado no “Ativo Intangível”  
48 relativo à licença de sistemas e aplicativos de *softwares*; **e)** Estabelecimento do prazo de 15 de  
49 julho para o Gerente Financeiro e Contábil realizar a revisão dos valores vencidos há mais de  
50 90 (noventa) dias, no item “Adiantamento de Clientes”; **f)** Repetição dos valores previstos na  
51 folha de pagamento de abril, para provisão do ressarcimento dos cedidos, até que sejam  
52 concluídos os levantamentos internos para definições sobre o valor exato da provisão; **g)**  
53 Revisão trimestral das provisões de contingência, devendo o Gerente Financeiro e Contábil  
54 requerer as informações e submetê-las, em tempo hábil, para o escritório contábil Axis; e **h)**  
55 Reexame dos itens de despesas gerais e administrativas para eventual reclassificação como  
56 custos diretos ou indiretos. Observaram, por fim, que a ressalva relativa ao Capital Social está  
57 fora da alçada de atuação deste Comitê, porquanto depende de aprovação de lei estadual. No  
58 **segundo item da pauta**, os membros do Comitê, Fernando Antonio [REDACTED] e Zulmir [REDACTED],  
59 acompanhados do Diretor de Gestão, Administrativo e Financeiro, do Assessor Técnico da  
60 Presidência e da Gerente de Governança, realizaram, no dia 23 de junho, uma visita técnica na  
61 unidade administrativa da Portos RS da cidade de Pelotas/RS, onde foram apresentadas as  
62 atividades em execução, bem como analisadas as instalações e movimentações daquele porto  
63 organizado. A presente reunião foi retomada no dia 24 de junho, com apreciação do **terceiro**  
64 **item da pauta**, onde os membros do Comitê analisaram a ata da vigésima reunião da Diretoria  
65 Executiva, realizada no dia 26 de maio, ponderando que as demais atas do mês de maio já  
66 haviam sido analisadas na quinta reunião ordinária do colegiados. Sobre esta ata, os membros  
67 do Comitê solicitaram esclarecimentos acerca do terceiro item da pauta, que trata da realização  
68 de Pregão Eletrônico, compreendendo a contratação de empresa especializada em cessão e  
69 gestão de mão de obra de Arquitetura, Engenharia Elétrica e Engenharia Civil, para apoio  
70 técnico à Diretoria de Infraestrutura nas Unidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre da  
71 Portos RS. A referida pauta compreende a contratação de 01 arquiteto(a), 04 engenheiros(as)  
72 civis com ênfase em obras civil e projetos, 02 engenheiros(as) civis com ênfase em obras de  
73 dragagem e hidrografia e 01 engenheiro(a) eletricista. Fazendo uso da palavra, o Diretor de  
74 Gestão, Administrativo e Financeiro observou que o processo se encontra na fase de publicação  
75 do Edital e visa a contratação de equipe especializada para auxiliar no setor de Infraestrutura da  
76 empresa pública, em decorrência do excesso de demandas e passivos que requerem resolução

**COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

77 imediata. O Coordenador do Comitê observou que a referida contratação é admissível, mas por  
78 se tratar de terceirização de objeto que compreende a atividade fim da empresa, recomenda  
79 cautela e que o prazo seja determinado, a fim de evitar apontamentos do Tribunal de Contas do  
80 Estado (TCE). Ainda, reforçou a necessidade da Portos RS elaborar e implementar, o mais  
81 breve possível, o Plano de Cargos e Salários, assim como estruturar a realização de concurso  
82 público. Retomando a palavra, o Diretor de Gestão, Administrativo e Financeiro esclareceu que  
83 a contratação exige requisitos de experiência em determinadas atividades, formações e  
84 qualificações. No que concerne a previsão do Plano de Cargos e Salários cientificou os  
85 membros do Comitê que já possui uma minuta do documento, mas que depende da  
86 consolidação do quantitativo de colaboradores que seriam necessários para montar as equipes  
87 de cada Diretoria. A Gerente de Governança por sua vez, ponderou que do ponto de vista  
88 técnico, a demanda por serviços especializados de engenharia é variável e, muitas vezes,  
89 vinculada a projetos específicos, com prazos determinados e exigência de conhecimentos  
90 técnicos pontuais que nem sempre justificam a ampliação permanente do quadro efetivo da  
91 empresa. Logo, a contratação de profissionais terceirizados permite maior flexibilidade na  
92 alocação de recursos humanos, atendendo de forma tempestiva e adequada às necessidades  
93 operacionais, sem gerar impacto estrutural na folha de pagamento. Por fim, os membros do  
94 Comitê registraram que não se opõem à contratação em análise, mas recomendam atenção dos  
95 gestores da empresa quanto ao tipo de contratação e os potenciais riscos frente aos órgãos  
96 fiscalizadores. No **quarto item da pauta**, os membros do Comitê requereram a retirada do  
97 item da pauta e a reapreciação em reunião ordinária subsequente, visto que a ata da nona  
98 reunião do Conselho de Administração, relativa ao mês de maio de dois mil e vinte e cinco, não  
99 foi aprovada e assinada pelo colegiado. No **quinto item da pauta**, os membros do Comitê  
100 analisaram a ata do Conselho Fiscal relativa ao mês de maio de dois mil e vinte e cinco, sem  
101 ressalvas. No **sétimo item da pauta**, o Coordenador do Comitê concedeu a palavra ao Gerente  
102 de Estratégia Operacional, o qual apresentou a ferramenta utilizada no setor de operações e  
103 desenvolvida pela empresa *RightShip PTY TD*, a qual realiza uma avaliação dos riscos das  
104 embarcações, através de diversos indicadores que viabilizam a categorização para compreensão  
105 de determinados e possíveis problemas que uma embarcação pode trazer. Informou como a  
106 ferramenta pode ser utilizada pelos armadores, ou donos da carga, bem como pela autoridade  
107 portuária, que consegue acessar o *dashboard* da ferramenta e ter um conhecimento sobre as  
108 embarcações que irão operar no Complexo Portuário do Rio Grande, de acordo com  
109 informações obtidas através de inspeções e registros de ocorrências da Marinha no mundo  
110 inteiro. Esclareceu que a frota de navio que costuma operar em Rio Grande é antiga, devido ao  
111 tipo de carga operada, e que a ferramenta auxilia na análise prévia das embarcações,  
112 considerando que, no caso de compreensão sobre alguma irregularidade, a autoridade portuária  
113 poderá criar barreiras prévias a atracação de modo a solicitar a correção de irregularidades e  
114 uma nova inspeção pela autoridade marítima. Retomando a palavra, o Coordenador do Comitê  
115 considerou que, em análise ao contato firmado, notou que a ferramenta mede questões de  
116 sustentabilidade, destacando que essas informações são de suma relevância e deveriam ser  
117 externalizadas às partes relacionadas. O Gerente de Estratégia Operacional considerou que  
118 existe a possibilidade de desconto tarifário no acesso aquaviário para navios movidos a gás  
119 natural e a utilização dessa ferramenta poderia oportunizar a compreensão adequada para  
120 emissão dos descontos, desde que haja previsão na nova reforma tarifária do Porto do Rio

**COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

121 Grande. Por fim, o Coordenador do Comitê considerou que o impacto financeiro desta  
122 contratualização é pequeno, comparado ao impacto público de visibilidade, recomendando que  
123 a Comissão de Revisão Tarifária da Portos RS realize um estudo sobre os benefícios  
124 sustentáveis baseados nas informações da ferramenta desenvolvida pela *RightShip*. No **oitavo**  
125 **item da pauta**, os membros do Comitê, Fernando Antonio [REDACTED] e Zulmir [REDACTED],  
126 acompanhados do Diretor de Operações, do Gerente de VTS, do Gerente de Estratégia  
127 Operacional, do Diretor de Gestão, Administrativo e Financeiro; da Gerente de Governança e  
128 da Coordenadora de Colegiados, realizaram uma visita técnica no setor de VTS (*Vessel Traffic*  
129 *System*) da Portos RS, tendo sido apresentadas as ferramentas e equipamentos utilizados para  
130 manutenção da segurança do canal do Porto do Rio Grande. Foi considerado que serão  
131 incluídos mais dois radares, com câmeras de extrema resolução, que oportunizarão informações  
132 mais precisas sobre a navegação. O Gerente de VTS esclareceu as vantagens da autoridade  
133 portuária obter um sistema de VTS, ponderando que a utilizada pela Portos RS é  
134 economicamente mais barata, comparado aos portos que já estão com as atividades em pleno  
135 funcionamento. Destacou que, com a utilização do VTS, bem como com as informações  
136 fornecidas pelos radares e sensores externos, a autoridade portuária poderá discutir junto a  
137 praticagem sobre as especificidades que impedem as manobras e operações no porto,  
138 ponderando que até o momento, apenas o posicionamento da praticagem é considerado válido  
139 para análise dos riscos de manobra no canal. Por fim, o Gerente de VTS informou que almeja  
140 que a Portos RS obtenha a homologação do VTS no início de 2026, restando algumas  
141 adequações por parte da Associação Arranjo Produtivo Local Marítimo do Rio Grande do Sul  
142 (APL Marítimo), responsável pelo fornecimento de dados provenientes da instalação faseada  
143 de um Serviço de Tráfego de Embarcações. No **nono e último item da pauta**, os membros do  
144 Comitê, Fernando Antonio [REDACTED] e Zulmir [REDACTED], acompanhados do  
145 Diretor de Operações, do Gerente de Importação e Exportação, do Gerente de Estratégia  
146 Operacional, do Diretor de Gestão, Administrativo e Financeiro e da Gerente de Governança,  
147 realizaram uma visita técnica para acompanhamento da implementação do ISPS-Code,  
148 conhecendo a sala dos operadores de *gates*, responsáveis pela operação do sistema de entrada e  
149 saída de caminhões na área operacional, bem como no setor de importações e exportações da  
150 empresa pública. Na oportunidade foram analisadas as balanças e novos equipamentos que  
151 fazem parte da modernização portuária relativa ao ISPS-Code. Por fim, foi constatado que a  
152 maior dificuldade no cumprimento do cronograma de implementação, será a adequação do  
153 sistema de TI às atividades inerentes do ISPS-Code. Dando prosseguimento, o Coordenador do  
154 Comitê requereu a inclusão de dois itens extrapautas, os quais carecem de acompanhamento  
155 contínuo do colegiado em reuniões subseqüentes, de modo a assessorar o Conselho de  
156 Administração em possíveis tomadas de decisões. No **primeiro item extrapauta**, o  
157 Coordenador do Comitê concedeu a palavra à Gerente de Governança e Coordenadora do  
158 Comitê de Riscos e Compliance Permanente, vinculado ao Termo de Ajustamento de Conduta  
159 (TAC) nº 42/2025, no âmbito do Inquérito Civil nº 000328.2023.04.004/3, para  
160 esclarecimentos sobre a pauta. Fazendo uso da palavra, a Gerente de Governança apresentou o  
161 Plano de Trabalho do Comitê compreendendo as competências, as prerrogativas de atuação, os  
162 objetivos do Comitê, os produtos esperados, bem como as ferramentas que serão utilizadas para  
163 fiscalização dos indicadores de conformidade e de sucesso relativos ao cumprimento das ações.  
164 Apresentou o cronograma de atividades, assim como as etapas que envolvem a execução de

**COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

165 todas as ações determinadas. Esclareceu que o TAC foi assinado pelo Presidente da Portos RS  
166 e pelo Diretor de Gestão, Administrativo e Financeiro no dia 23 de junho, restando a assinatura  
167 do Procurador do MPT. Destacou que o Comitê recomendou a celebração de um Termo de  
168 Responsabilidade e Compromisso de Gestão, por parte dos gestores e ou técnicos às obrigações  
169 pactuadas no TAC, com o propósito de traduzir na prática os princípios de boa governança,  
170 responsabilidade compartilhada e compromisso com os resultados, fortalecendo tanto a  
171 instituição quanto a proteção dos próprios gestores, ao passo que delimita a responsabilidade  
172 dentro da esfera de atuação de cada um. Por fim, o Gerente Jurídico e membro do Comitê,  
173 reforçou a importância das atividades que serão desempenhadas, ponderando a  
174 indispensabilidade de integração entre as partes relacionadas, principalmente entre o Grupo de  
175 Trabalho Técnico e o Comitê, pontuando que a atuação está restrita ao objeto e cláusulas do  
176 TAC. No **segundo e último item extrapauta**, o Coordenador do Comitê concedeu a palavra ao  
177 Diretor de Infraestrutura para esclarecimentos sobre os processos de dragagem nos canais da  
178 hidrovia e no Porto do Rio Grande. Fazendo uso da palavra, o Diretor de Infraestrutura  
179 cientificou os membros do Comitê sobre o andamento das obras de dragagens dos canais da  
180 hidrovia, ponderando o atraso no cronograma, em decorrência de alguns eventos climáticos,  
181 manutenções nos equipamentos e ausência de planta operacional, ponderando que a última já  
182 foi resolvida, e destacando que os canais de Pedras Brancas, Leitão, Furadinho e São Gonçalo  
183 estão concluídos. Cientificou que a equipe interna está analisando a possibilidade jurídica de  
184 prorrogação contratual, sem aditivar o valor do contrato, apenas para que seja cumprido o  
185 serviço com acréscimo do tempo previsto. Sobre a licitação dos Lotes 03 e 04 da hidrovia, o  
186 Diretor de Infraestrutura cientificou que a documentação prévia à formação do processo  
187 administrativo foi encaminhada para a ECProjetos, empresa contratada pela Portos RS, para  
188 realização de estudos técnicos de viabilidade, de modo que eles possam auxiliar na análise dos  
189 orçamentos para os lotes faltantes, de modo que o processo licitatório da hidrovia seja realizado  
190 no presente ano. No que concerne a dragagem do Porto do Rio Grande, o Diretor de  
191 Infraestrutura esclareceu todas as especificações técnicas da matéria, informando que o  
192 processo administrativo será encaminhado para a Diretoria de Gestão, Administrativa e  
193 Financeira na semana corrente, para que a equipe de licitações analise a documentação e a  
194 pauta seja apreciada e deliberada pelos colegiados da Portos RS. Destacou que será a maior  
195 obra de dragagem realizada pela empresa pública até o presente dia, considerando o serviço de  
196 recuperação total do canal de acesso em 18 metros, com um montante previsto de  
197 aproximadamente R\$ 463 milhões, e com cronograma de atividades prevendo a duração da  
198 obra por 15 meses corridos, incluindo os 3 meses de suspensão das atividades, em decorrência  
199 de exigências do IBAMA, e 12 meses de execução efetiva do serviço, com expectativas para  
200 início no mês de outubro de 2025. Observou que, com a execução do atual projeto, que deverá  
201 estar concluído até o final de 2026, não serão realizadas obras de dragagem em 2027 e 2028,  
202 mas considerou que não há garantias em relação a essa previsão, visto as alterações climáticas e  
203 os processos de assoreamentos da região. No que concerne à contabilização do serviço na  
204 contabilidade da Portos RS, o Diretor de Infraestrutura diz compreender que o mesmo seja  
205 apropriado no período de execução da obra, mais 12 meses, ou seja, em 24 meses. Por fim, o  
206 Coordenador do Comitê destacou que, do ponto de vista contábil, segundo as projeções  
207 apresentadas para execução da dragagem, parte do montante contratado deverá ser  
208 contabilizado ainda no presente ano, além dos valores relativos a dragagem dos canais e da

**PORTOS RS - AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS RIO GRANDE DO SUL S/A**  
CNPJ Nº 46.191.353/0001-17  
NIRE 4350032051-4

**COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

209 hidrovia, observando que tal apropriação poderá provocar resultado negativo no exercício de  
210 2025. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador do Comitê agradeceu a presença de todos e  
211 encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, Francielly [REDACTED], lavrei a presente ata  
212 que, se aprovada, será assinada pelo Presidente e pela secretaria executiva, devendo ser  
213 publicada no sítio eletrônico da Portos RS. Rio Grande, 25 de junho de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 **ZULMIR** [REDACTED]  
Data: 30/06/2025 11:47:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ZULMIR** [REDACTED]  
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário da Portos RS

Documento assinado digitalmente  
 **FRANCIELLY** [REDACTED]  
Data: 30/06/2025 11:35:52-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**FRANCIELLY** [REDACTED]  
Coordenadora de Colegiados da Portos RS